

**NÚCLEO DE GESTÃO DO PORTO DIGITAL**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**  
**(EM REAIS)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

**a. Denominação da Associação**

O Núcleo de Gestão do Porto Digital, associação civil de direito privado sem fins econômicos, doravante denominada PORTO DIGITAL, tem sede e foro à Rua do Apolo, 181, cidade do Recife, Estado de Pernambuco e seu âmbito de atuação se estende por todo o território nacional e fora dele, através de representações que venha a estabelecer a critério do conselho de Administração.

**b. Características da Associação**

O Núcleo de Gestão do Porto Digital, qualificada como Organização Social – OS, nos termos da Lei n.º 11.743, de 20 de janeiro de 2000 tem por objetivo a concepção, estruturação e gestão sustentável de um ambiente de negócios capaz de criar e consolidar empreendimentos de classe mundial, através da interação e cooperação entre universidades, empresas, organizações não governamentais e governamentais no Estado de Pernambuco, demais Estados da Federação e Distrito Federal..



**c. Objetivos da Associação**

Para consecução dos seus objetivos, o PORTO DIGITAL concentra sua atuação na requalificação do espaço urbano e na área da tecnologia da informação e comunicação, sendo, igualmente, objetivos permanentes do PORTO DIGITAL:

- i. Buscar de forma cooperada e multidisciplinar, soluções tecnológicas adequadas às necessidades de inovação e modernização de todos os setores da sociedade e, em particular do setor produtivo público e privado de tecnologia da informação e comunicação;
- ii. Participar na concepção e gestão de mecanismos modernos de suporte à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à formação de capital humano para gerir, desenvolver e operar produtos e processos inovadores em tecnologia da informação e comunicação;
- iii. Contribuir prioritariamente para o desenvolvimento econômico e social de Pernambuco, podendo estender sua atuação para os

- demais Estados Brasileiros e Distrito Federal, através da concepção e coordenação de projetos e programas de criação e difusão de conhecimento em tecnologia da informação, comunicação, cultura, economia criativa e demais setores produtivos intensivos em tecnologias de informação e comunicação;
- iv. Dar suporte à proteção da propriedade intelectual que resulte de pesquisa e do desenvolvimento tecnológico realizado pelo Porto Digital ou por seus parceiros em projetos conjuntos, através do registro de marcas, patentes, modelos de utilidade, desenhos industriais ou outras formas pertinentes previstas em lei;
  - v. Gerenciar profissionalmente o processo de transferência de conhecimento e tecnologia através de contratos, licenças ou outras formas de comercialização;
  - vi. Dar suporte ao surgimento e consolidação de novos empreendimentos de tecnologia da informação e comunicação;
  - vii. Auxiliar na concepção e implantação de políticas públicas de desenvolvimento da ciência e tecnologia e de inovação tecnológica do setor produtivo de tecnologia da informação e comunicação, contribuindo para estabelecer em Pernambuco condições legais e ambientais favoráveis à atração de capital humano qualificado, novos negócios e empresas de alta tecnologia;
  - viii. Criar condições para implantação da cooperação e parceria, entre instituições de ensino e pesquisa, empresas, governos e agências nacionais e internacionais de promoção do desenvolvimento, nos seus diversos níveis, para aumentar o intercâmbio do conhecimento e sua aplicação em ações no desenvolvimento local, regional e nacional, participando dessas parcerias sempre que pertinente;
  - ix. Conceber, estruturar, projetar, implantar e gerenciar, em parceria com entidades públicas e de iniciativa privada, em projetos de infra-estrutura, serviços urbanos, revitalização, requalificação e desenvolvimento do espaço urbano para atração e fixação de empreendimentos urbanos e de tecnologia da informação e comunicação, que estimulem a atividade econômica da Região Metropolitana do Recife;
  - x. Realizar o marketing e a promoção comercial do ambiente de negócios de tecnologia da informação e comunicação de Pernambuco;
  - xi. Planejar, projetar, construir, operar, manter, ampliar e melhorar, conforme as necessidades de suas atividades, as instalações físicas próprias e de seus parceiros, os seus processos internos e a qualificação e motivação do capital humano próprio e dos parceiros, visando aumentar, de forma constante, a qualidade dos resultados de todas as suas ações e de seus parceiros.



#### **d. Recursos Financeiros da Associação**

São fontes de recursos do PORTO DIGITAL:

- i. Os Contratos de Gestão firmados com o Poder Público, através de órgãos competentes, conforme regulamentado pela Lei Estadual n.º 11.743, de 20 de janeiro de 2000;
- ii. Os Convênios ou Contratos com órgãos e entidades governamentais, instituições públicas e privadas, empresas nacionais ou estrangeiras e agências nacionais ou internacionais;
- iii. Os recursos grados a partir da prestação de serviços técnicos e consultorias especializadas a entidades governamentais, instituições públicas e privadas, empresas nacionais ou estrangeiras, agências nacionais ou internacionais e a locação de seus imóveis próprios ou cedidos;
- iv. A remuneração obtida no processo de incubação de empresas;
- v. Os royalties e pela retribuição da cessão remunerada de licenças de uso a terceiros;
- vi. Os resultados de investimentos ou participação acionária em empresas de base tecnológicas;
- vii. As doações, legados e heranças a ele destinadas;
- viii. Os empréstimos junto ao setor financeiro e a organismos nacionais e internacionais de financiamento ao desenvolvimento econômico, científico e tecnológico;
- ix. Os rendimentos financeiros auferidos de investimentos que compõem ou venham a compor seu patrimônio;
- x. As subvenções sociais que lhe forem transferidas pelo Poder Público;
- xi. As contribuições dos associados mantenedores nos termos e montantes definidos no Regimento Interno;
- xii. Outros recursos que porventura lhe forem destinados.



#### **e. Destinação de Recursos**

Os resultados positivos das aplicações dos recursos públicos investidos no Porto Digital, em proporção nunca inferior à metade do lucro líquido, deverão ser investidos em projetos de formação de capital humano para gestão, desenvolvimento e operação de produtos e processos inovadores na área de tecnologia da informação e comunicação em Pernambuco e nos termos definidos no Regimento Interno.

## **2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente aquelas relacionadas a entidades sem finalidade de lucros, e seguiram as diretrizes contábeis descritas abaixo:

#### **a. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixas e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras.

#### **b. Imobilizado**

Está demonstrado ao custo de aquisição, construção e reavaliação. As depreciações são calculadas pelo método linear, às taxas mencionadas na nota 8 que levam em consideração a vida útil dos bens.

#### **c. Demais ativos**

Os demais ativos estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas.

#### **d. Demais passivos**

Os demais passivos estão apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

#### **e. Patrimônio social**

É demonstrado pelos valores históricos, acrescidos das movimentações ocorridas no exercício.

#### **f. Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercício e inclui os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados segundo índices próprios pactuados ou utilizando-se os índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos da Associação; além dos efeitos dos ajustes dos ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

#### **g. Convênios e Contratos de Gestão**

No exercício 2011, os direitos e obrigações previstas em convênios e contratos de gestão, com finalidade específica, eram registrados em contas patrimoniais, no ativo não circulante (direitos realizáveis a longo prazo – convênios e contratos de Gestão) e no passivo não circulante (convênios e contratos de gestão) do balanço consolidado. Os lançamentos efetuados na receita e na despesa decorrente dos recebimentos e pagamentos dos convênios e contrato de gestão tinham caráter meramente transitório. O resultado dos períodos, tanto das receitas como das despesas eram consolidados na conta de Convênios do passivo não circulante. A contrapartida desse saldo constava nas contas





de banco conta movimento e aplicações financeiras.

No exercício 2012, os direitos e obrigações previstas em convênios e contratos de gestão, com finalidade específica, não são registrados em contas patrimoniais. Apenas os recursos efetivamente recebidos são registrados no Ativo Circulante (Recursos de Convênios e Contrato de Gestão). E enquanto não atendido os requisitos para reconhecimentos no resultado, a contrapartida é registrada em conta própria no Passivo Não Circulante (Convênios em Execução)

#### **h. Contratos de Locação e Condomínio**

No exercício 2011, os direitos previstos em contratos de locação e condomínio eram registrados em contas patrimoniais, no ativo circulante (direitos realizáveis a curto prazo – contratos de locação e condomínio) e no passivo circulante (contratos de locação e condomínio), bem como no ativo não circulante (direitos realizáveis a longo prazo – contratos de locação e condomínio) e no passivo não circulante (contratos de locação e condomínio) do balanço consolidado. Os lançamentos efetuados nessas contas tinham caráter meramente transitório.

No exercício de 2012, os direitos previstos em contratos de locação e condomínio são contabilizados apenas no regime de competência em conta do Ativo Circulante (Clientes).

### **3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES**

#### **a. Caixa e Equivalentes de Caixa**

O saldo no balanço consolidado é apresentado a partir da segregação entre:

- i. Recursos próprios – sem restrição de uso; e
- ii. Recursos de convênios e contratos de gesto – com restrição de uso.

	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Fundo Fixo de Caixa	3.000	1.000
Banco Conta Movimento	118.011	320.407
Aplic. de Liquidez Imediata	16.076.796	15.587.662
Valores em trânsitos	<u>17.499</u>	-
	<u>16.215.306</u>	<u>15.909.069</u>

#### **b. Contas a Receber**

A composição do saldo corresponde a:

- iii. Valores a receber de Contratos de Locação relativos aos imóveis Edf. Vasco Rodrigues e Bione 220; e



- iv. Valores a receber de Convênios de Cooperação Técnica e Científica pactuado com empresas localizadas no Edf. CAIS do Porto.

	31/12/2012	31/12/2011
Cientes Diversos	<u>373.958</u>	<u>181.381</u>
	<u>373.958</u>	<u>181.381</u>

A Associação optou por não constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa.

### c. Projetos a Receber

Os saldos apresentados correspondem à movimentação de entradas de recursos dos projetos mantidos pelo Porto Digital. Os saldos referentes às saídas estão registrados no Passivo Circulante na conta Projetos a Pagar.

	31/12/2012	31/12/2011
Sectma	989.835	989.835
Núcleo	1.058.249	1.058.249
Finep Juro Zero	41.270	41.270
	<u>2.089.354</u>	<u>2.089.354</u>

### d. Contratos de Locação e Condomínio – Curto Prazo e Longo Prazo

No exercício de 2011 a conta registrou os valores dos contratos de locação relativos aos imóveis pertencentes ou explorados pelo PORTO DIGITAL Edf. Vasco Rodrigues e Bione 220 e os valores dos convênios de cooperação técnica e científica pactuados com empresas localizadas no Edf. CAIS do Porto.



	31/12/2011	
	Curto Prazo	Longo Prazo
Sophia	77.192	
Banco Santander	606.288	2.425.152
Secretaria de Administração	147.482	589.928
Secretaria Especial da Mulher	419.219	1.676.874
Neurotech	84.686	
Accenture	876.528	3.452.112
Microsoft	113.273	
IBM	216.564	29.958
Vivo	96.898	363.368
Cesar	92.531	
Avantia	99.225	
Aplic. Tecnologia	52.569	
Outros	<u>130.423</u>	
	<u>3.012.878</u>	<u>8.537.392</u>

No exercício de 2012, os direitos previstos nos contratos de locação bem como dos convênios de cooperação técnica e científica e científica pactuados com empresas localizadas no Edf. CAIS do Porto são contabilizados apenas no regime de competência.

### e. Títulos a Receber

No exercício de 2011 a conta registrou os valores de contratos de gestão e convênios, com finalidade específica, pactuados entre o PORTO DIGITAL e entidades de fomento.

	31/12/2011
CESAR	8.087
Sectma 16º Aditivo	5.792.361
PD Minc Museu	4.426.940
PD MCT P30	15.725.767
SIREE	95.678
	<u>25.953.155</u>

No exercício de 2012, os direitos previstos em contratos de gestão e convênios, com finalidade específica, são contabilizados apenas no regime de competência.

### f. Imobilizado

Bens e Direitos em Uso	Custo	31/12/2012 Depreciação Acumulada	Valor Residual	31/12/2011 Valor Residual
Máquinas e Equipamentos	346.962	228.859	118.103	106.557
Móveis e Utensílios	1.265.571	653.029	612.542	156.550
Edificações	2.718.908	149.696	2.569.212	2.677.968
Computadores e Periféricos	985.383	446.314	539.069	97.611
Instalações	1.910.741	1.692.646	218.095	409.169
Instalações Telefônicas	75.458	75.458		(1.714)
Imóveis	4.673.678		4.673.678	4.673.678
Software – Intangível	715.903	8.473	707.430	
	<u>12.692.604</u>	<u>3.254.475</u>	<u>9.438.129</u>	<u>8.119.819</u>



### g. Fornecedores

Representa obrigações com fornecedores diversos, provisionados pelo conhecimento da obrigação, com vencimentos a partir do exercício seguinte.

	31/12/2012	31/12/2011
Fornecedores Gerais	<u>500.827</u>	<u>75.558</u>
	<u>500.827</u>	<u>75.558</u>

#### n. Obrigações trabalhistas e tributárias

Representa obrigações trabalhistas e tributárias, provisionadas pelo conhecimento da obrigação, com vencimentos a partir do exercício seguinte.

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Obrigações trabalhistas</b>		
Folha de Pagamento		1.157
Encargos Sociais a Pagar	<u>98.786</u>	<u>47.465</u>
	<u>98.786</u>	<u>48.622</u>
<b>Obrigações Tributárias</b>		
IRRF a Recolher – PJ	17.447	4.908
IRRF a Recolher – PF Assalariado	12.493	
ISS Retido a Recolher	14.653	11.087
ISS a Recolher	84	84
Contribuição Federal Lei 10.833/04	34.464	<u>12.291</u>
PIS a Pagar	<u>934</u>	
	<u>80.075</u>	<u>28.370</u>
	<u>178.861</u>	<u>76.992</u>

#### i. Contratos de imóveis a pagar

Os saldos correspondem a contratos firmados com Roberto Ruben Leonardo Montini e Acessoconta Consultoria Ltda, nas datas de 01 de setembro de 2011 e 19 de dezembro de 2011, respectivamente, para compra de bens imóveis, a serem pagos no ato de assinatura da Escritura Definitiva de Compra e Venda.

	31/12/2012	31/12/2011
Roberto Ruben Leonardo Montini	83.298	419.000
Acessoconta Consultoria Ltda		<u>615.789</u>
	<u>83.298</u>	<u>1.034.789</u>



#### j. Projetos a pagar

Os saldos apresentados correspondem à movimentação de saída de recursos dos projetos mantidos pelo Porto Digital. Os saldos referentes à entradas estão registrados no Ativo Circulante na conta Projeto a Receber.

	31/12/2012	31/12/2011
Sectma	989.835	989.835
Núcleo	1.058.249	1.058.249
Finep Juro Zero	41.270	41.270
	<u>2.089.354</u>	<u>2.089.354</u>



## k. Provisões

	31/12/2012	31/12/2011
Provisão de Férias	157.794	130.640
Provisão FGTS s/ Férias	12.623	10.451
Provisão INSS s/ Férias	<u>42.236</u>	<u>35.012</u>
	<u>212.653</u>	<u>176.103</u>

## l. Provisões para indenização

Conforme parecer dos Advogados, a Administração julgou não ser necessário constituir provisões para fazer face, a possíveis indenizações contra a Associação.

## m. Patrimônio Social

### i. Reservas Patrimoniais de Investimentos.

As reservas de investimentos estão representadas por investimento em bens móveis e imóveis adquiridos com recursos dos projetos mantidos pelo Núcleo de Gestão do Porto Digital.

### ii. Superávit do exercício

Está representado pelo resultado do período, até a sua transferência, parte para constituição de Reserva Patrimonial, e parte para a manutenção de suas atividades, de conformidade com o decidido pelo Conselho de Administração e de acordo com as normas legais vigentes.

### iii. Extinção/Desqualificação da Associação

Quando da extinção ou desqualificação do Porto Digital como Organização Social, o patrimônio existente da entidade, assim como os legados e doações que lhe forem destinados e os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades serão incorporados:

- a) Ao patrimônio de outra Organização Social qualificada na mesma área de atuação; ou
- b) Ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens alocados através dos recursos provenientes dos Contratos de Gestão.

